



Resultados
3T13

CTEEP ANUNCIA RESULTADOS

São Paulo, 28 Outubro de 2013 – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP ou Companhia”) (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados do 3º trimestre de 2013. As informações financeiras e operacionais dos períodos a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

TELECONFERÊNCIA

Dia: 29/10/2013
Hora: 10h00 (Brasília),
8h00 pm (NY)

Telefones para conexão:
 Brasil: (+55 11) 4688 6361
 USA: (+1 855) 281 6021
 Other: (+1 786) 924 6977

Webcast:
www.ctEEP.com.br/ri

Relações com Investidores

Reynaldo Passanezi Filho
 Diretor Financeiro e de RI
ri@ctEEP.com.br

Thiago Lopes da Silva
 Gerente de RI
tlsilva@ctEEP.com.br
 Tel: (11) 3138-7557

Lúcia de Luiz Césari
 Analista de RI
lcasari@ctEEP.com.br
 Tel: (11) 3138-7557

Assessoria de Imprensa
Nathalia Coutinho - CDI
 Comunicação Corporativa
nathalia.coutinho@cdicom.com.br
 Tel: (11) 3817-8008

DESTAQUES

- **Reajuste anual da Receita Anual Permitida (RAP):** através da Resolução Homologatória nº1.595, a ANEEL estabeleceu a nova RAP da Companhia para o ciclo tarifário 2013/2014. De acordo com a Resolução a nova RAP da CTEEP em conjunto com suas controladas passa a ser R\$ 630,2 milhões;
- **Entrada em Operação Lote D IEMadeira:** em 01 agosto de 2013 a Linha de Transmissão (Lote D) da subsidiária IEMadeira (51% CTEEP) entrou em operação. A RAP 2013/2014 integral do lote é de R\$ 233,2 milhões;
- **Nota Técnica nº402/13:** divulgada em 27 de agosto de 2013 com objetivo de definir os critérios de valoração da indenização dos ativos não depreciados existentes em 31/05/2000 (RBSE) das concessões de transmissão de energia elétrica;
- **Receita Líquida:** no acumulado de nove meses (9M13) a receita líquida consolidada atingiu R\$694,2 milhões, queda de 55,6% em relação ao mesmo período do ano anterior (9M12);
- **Dívida Líquida:** em 30 de setembro de 2013 a Dívida Líquida atingiu R\$ 672,2 milhões, redução de -85,2% em relação ao final de 2012, quando registrou R\$ 2.211,4 milhões;
- **Formador de Mercado:** em 18 de julho de 2013 a CTEEP contratou o Credit Suisse S.A como seu Formador de Mercado para as ações preferenciais (TRPL4).

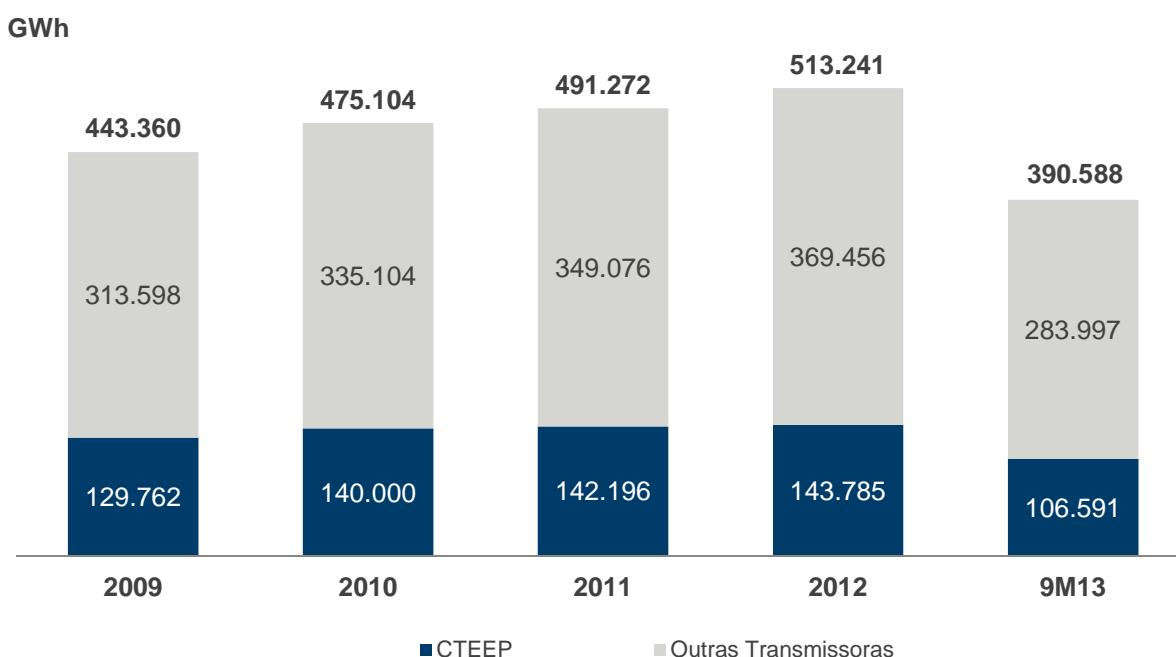
Sobre a CTEEP

A CTEEP- Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia do Brasil, atualmente, responsável pelo transporte anual de 27,3% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

Com sede na cidade de São Paulo, a CTEEP está presente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Espírito Santo. A organização detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: 100% nas subsidiárias IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), PINHEIROS (Interligação Elétrica Pinheiros) e Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi); 51% na IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns) e na IEMADEIRA (Interligação Elétrica do Madeira); 50% na IESUL (Interligação Elétrica Sul) e 25% na IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste). Além disso, em 2012, a CTEEP adquiriu 100% dos ativos da Evrecy, empresa de transmissão que pertencia à EDP Energias do Brasil S.A..

No acumulado de nove meses um total de 106.591 GWh de energia trafegaram pelo ativos da CTEEP, uma rede formada por 13.724 km de linhas de transmissão, 19.189 km de circuitos, 2.280 km de cabos de fibra óptica própria e 106 subestações com tensão de até 550 kV, o que totaliza capacidade instalada de 45.147 MVA. Essa rede interliga pontos de conexão de empresas geradoras e de outras transmissoras até os clientes livres e a rede das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2009 a 9M13. O SIN é um sistema de transmissão e produção de energia elétrica do Brasil, formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte.



Composição Acionária

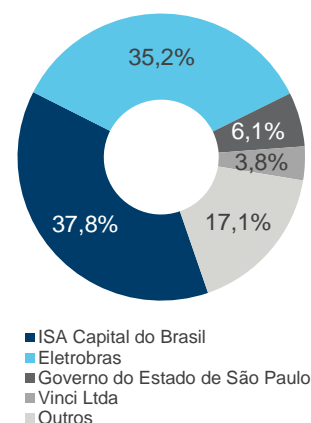
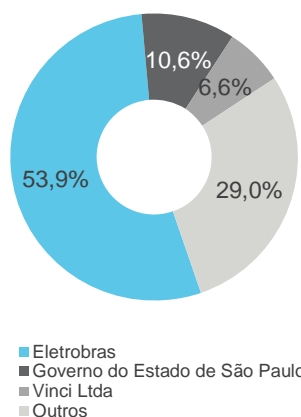
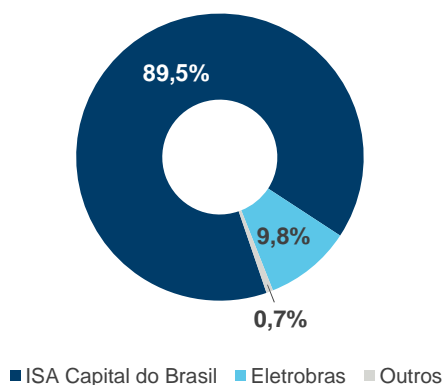
Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo de energia brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo e mais de 61 mil acionistas pessoas física e jurídica.

Com ações listadas na BM&FBovespa, a CTEEP participa, desde 2002, do Nível 1 de Governança Corporativa. Suas ações preferenciais são listadas no Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* – ADRs – Regra 144 A nos Estados Unidos.

Ações Ordinárias – TRPL3
(42% do total)

Ações Preferenciais – TRPL4
(58% do total)

Capital Social Total

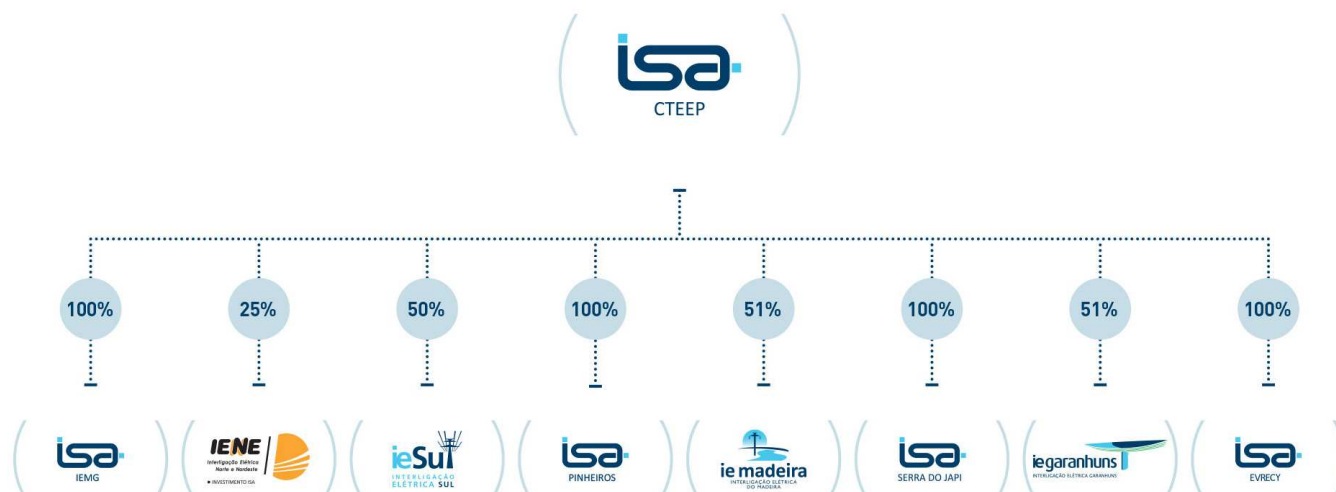


Estrutura Societária

A CTEEP é uma empresa que possui participações societárias, cujo resultado depende diretamente do resultado de suas controladas e de suas controladas em conjunto (*joint venture*). O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Abaixo são demonstradas as participações nas controladas em 30 de setembro de 2013:



Desempenho Operacional

■ Excelência Operacional

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o sistema elétrico brasileiro é formado por alguns sistemas isolados e pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que integra os subsistemas Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste e atende a mais de 98% da população do Brasil. A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

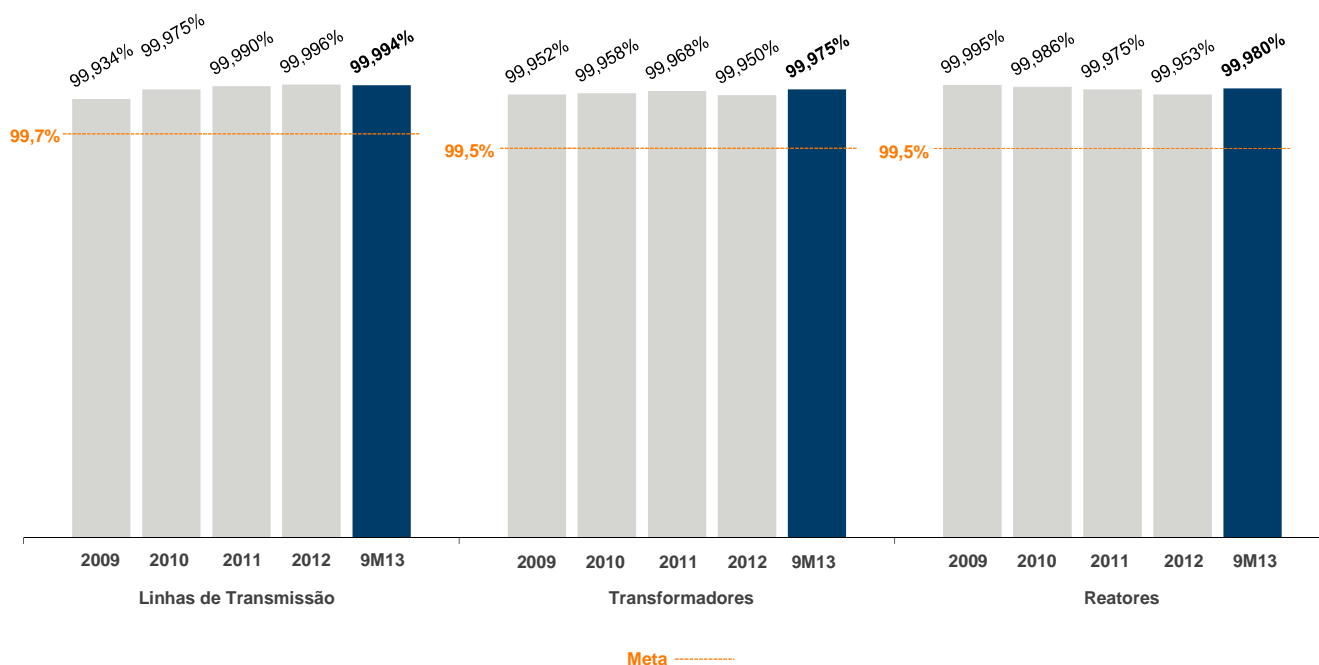
O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

No ano de 2013, o serviço de transmissão de grandes blocos de energia elétrica por longas distâncias atingirá cerca de 110.000 quilômetros de linhas de transmissão incluindo os sistemas do Rio Madeira e a interligação Tucuruí-Manaus-Macapá. Essa extensão inclui rede básica, conexões de usinas e interligações internacionais.

Para atender a esse cenário cada vez mais exigente, a empresa investe permanentemente na aplicação das novas tecnologias que agregam valor à sua rede, com forte ênfase nas atividades de operação e manutenção, para garantir a eficiência e qualidade na prestação de seus serviços de transmissão, já que a receita operacional da Companhia está diretamente relacionada à disponibilidade de seus ativos (linhas de transmissão, transformadores, equipamentos de compensação reativa etc). Nesse sentido, a CTEEP também possui o Plano de Otimização de Ativos (POA) e o Programa de Melhorias da Transmissão (PMT), ambos focados no aperfeiçoamento contínuo de seus equipamentos e sistemas.

Abaixo alguns indicadores que ilustram a eficiência operacional da Companhia de 2009 ao 9M13

Disponibilidade dos Ativos



Desempenho Econômico-Financeiro

Reajuste Anual da Receita

Em 27 de junho de 2013, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.595, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 1.595, a RAP da CTEEP (contratos nº 143 e 059/2001), líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 497,1 milhões* em 01 de janeiro de 2013, passou para R\$ 542,1 milhões em 01 de julho de 2013, apresentando um incremento de R\$ 10,5 milhões equivalente a 2,0%. A RAP da Companhia em conjunto com suas controladas, que era de R\$ 576,2 milhões em 01 de janeiro de 2013, passou para R\$ 630,2 em 01 de julho de 2013, apresentando um incremento de 9,4%.

Subsidiária	% CTEEP	REH. nº 1.313 - Ciclo 2012/2013			REH. nº 1.595 - Ciclo 2013/2014			Var.% RAP + PA
		RAP	PA	TOTAL	RAP	PA	TOTAL	
CTEEP*	-	532.225,0	(35.142,4)	497.082,6	581.884,0	(39.828,0)	542.056,0	9,0%
IEMG	100%	14.161,0	(594,0)	13.567,0	15.082,0	(446,0)	14.636,0	7,9%
IE Pinheiros	100%	28.903,6	1.697,4	30.601,0	36.305,0	(999,0)	35.306,0	15,4%
Serra do Japi	100%	26.457,0	(1.355,0)	25.102,0	28.178,0	1.162,0	29.340,0	16,9%
Evrecy	100%	10.735,0	(891,0)	9.844,0	9.957,0	(1.136,0)	8.821,0	-10,4%
Total		612.481,6	(36.284,9)	576.196,6	671.406,0	(41.247,0)	630.159,0	9,4%
IENNE	25%	38.253,0	3.640,0	41.893,0	34.852,5	(1.198,3)	33.654,2	-19,7%
IESUL	50%	13.075,0	(645,0)	12.430,0	13.925,1	(2.700,4)	11.224,7	-9,7%
IE Madeira	51%	407.482,0	0,0	407.482,0	433.985,1	0,0	433.985,1	6,5%
IE Garanhuns	51%	71.848,0	0,0	71.848,0	76.521,0	0,0	76.521,0	6,5%
Total		530.658,0	2.995,0	533.653,0	559.283,7	(3.898,8)	555.384,9	4,1%

(*) A REH nº 1.313 de 26 de junho de 2012 estabeleceu a RAP para o ciclo 2012/2013 de todas as transmissoras. Posteriormente, em 11 de dezembro de 2012, a REH nº 1.395 alterou os valores previstos na REH nº 1.313, sobretudo da controladora por conta da assinatura do aditivo do contrato 059/2001 em 04 de dezembro de 2012.

Receita Operacional Bruta

No acumulado de nove meses de 2013, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 792,6 milhões, queda de 55,3% em relação ao mesmo período de 2012 quando reportou R\$ 1.772,0 milhões. A variação decorre, principalmente, do novo patamar da Receita Anual Permitida (RAP) do contrato 059/2001, prorrogado em 04 de dezembro de 2012. A referida RAP foi corrigida em aproximadamente 73%.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	3T13	3T12	Δ%	9M13	9M12	Δ%	3T13	3T12	Δ%	9M13	9M12	Δ%
Construção	54,9	38,1	44,1%	110,0	117,6	-6,5%	62,9	41,9	50,1%	148,8	163,0	-8,7%
Operação e Manutenção	118,2	121,6	-2,8%	406,4	440,9	-7,8%	125,4	121,8	3,0%	424,4	445,9	-4,8%
Financeira	66,3	414,8	-84,0%	114,8	1.053,2	-89,1%	129,5	491,5	-73,7%	204,0	1.148,0	-82,2%
Outras	5,8	5,8	-	16,3	15,7	3,8%	5,5	5,6	-1,8%	15,5	15,1	2,6%
Total	245,3	580,2	(57,7%)	647,5	1.627,4	(60,2%)	323,3	660,8	(51,1%)	792,6	1.772,0	(55,3%)

Receitas de Serviços de Construção - A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

A Receita de Construção Consolidada totalizou R\$ 148,8 milhões no 9M13, uma redução de 8,7% quando comparado ao 9M12 onde registrou R\$ 163,0 milhões, impactadas negativamente pela entrada em operação da subestação Atibaia II (Lote K do Leilão 004/2008) da subsidiária Pinheiros, cujas obras foram concluídas no primeiro trimestre de 2013 e também, pelo menor volume de obras de reforços e novas conexões nos ativos existentes da controladora.

Receitas dos Serviços de Operação e Manutenção - São reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

As Receitas de Operação e Manutenção Consolidadas totalizaram R\$ 424,4 milhões no 9M13, comparadas com R\$ 445,9 milhões no mesmo período de 2012, queda de 4,8%, refletindo a queda da RAP após a prorrogação do contrato de concessão 059/2001, da controladora, combinado com a variação positiva do IGPM/IPCA do reajuste do ciclo da RAP de 2012/2013 para 2013/2014.

Receita Financeira - A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa efetiva de juros aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida projetada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

No 9M13 as Receitas Financeiras Consolidadas somaram R\$ 204,0 milhões, redução de 82,2% comparada ao 9M12 quando atingiu R\$ 1.148,0 milhões, refletindo a variação do fluxo financeiro previsto para a realização dos valores de construção e indenização. Com a prorrogação do contrato de concessão 059/2001 da controladora, o ativo financeiro representa, ao final do 9M13, somente os investimentos realizados e não contemplados na reversão prevista na Lei 12.783/2013.

Outras Receitas - As outras receitas referem-se a aluguéis junto à empresa de telefonia fixa e prestação de serviços relacionados à manutenção e análise técnicas contratadas por terceiros e no 9M13 totalizaram R\$ 15,5 milhões.

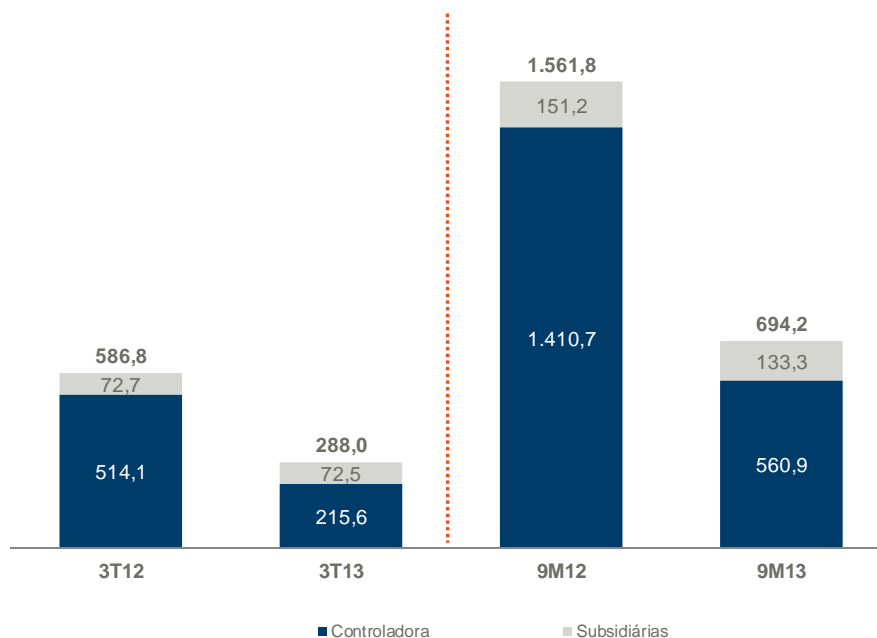
■ Deduções da Receita Operacional

Devido à redução de tributos sobre a receita, que acompanham a queda da receita e alteração da proporção da receita tributada pelo regime cumulativo e não cumulativo de PIS e COFINS e a redução dos encargos regulatórios que acompanham a redução da RAP, bem como pela extinção do pagamento, na competência 2013, dos encargos RGR,CCC, CDE, conforme Lei nº 12.783/2013, as deduções da receita operacional consolidadas atingiram R\$ 98,4 milhões no 9M13, redução de 53,2% comparados a R\$ 210,2 milhões no 9M12.

■ Receita Operacional Líquida

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a Receita Operacional Líquida Consolidada no 9M13 atingiu R\$ 694,2 milhões, queda de 55,6% em relação ao 9M12, quando reportou R\$ 1.561,8 milhões.

(R\$ milhões)



■ Custos dos Serviços de Construção, de O&M e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados tiveram um aumento de 5,0% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 553,6 milhões no 9M13 frente aos R\$ 527,1 milhões no 9M12.

O aumento nos custos e despesas traz os efeitos (i) do acréscimo dos custos de pessoal em decorrência das indenizações provenientes da redução de 4,8% do quadro de pessoal, realizada em janeiro de 2013, bem como do dissídio coletivo de 6,5% concedido em Julho de 2013; (ii) do aumento nas provisões para contingências, devido, principalmente, à revisão da expectativa de perda de alguns processos realizada no 2T13; (iii) da redução de 3,7% nos custos e despesas de material por conta, principalmente, da entrada em operação do Lote K – Atibaia II da IEPinheiros no 1T13; e (iv) da redução de 5,7% nos serviços de terceiros que acompanha a queda na receita de construção, decorrente do estágio avançado das principais obras.

Dos custos demonstrados abaixo, os custos de construção da controladora totalizaram R\$ 99,8 milhões (27%) em 9M13 e R\$ 106,7 milhões em 9M12 (28%). Os custos de construção consolidados totalizaram R\$ 135,4 milhões (32%) em 9M13 e R\$ 143,7 milhões (34%) em 9M12. A respectiva receita de construção é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

Custos e Despesas Operacionais (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	3T13	3T12	Var %	9M13	9M12	Var %	3T13	3T12	Var %	9M13	9M12	Var %
Pessoal	(62,9)	(61,7)	1,9%	(191,5)	(178,4)	7,3%	(64,6)	(63,7)	1,4%	(196,9)	(183,7)	7,2%
Material	(28,7)	(33,1)	-13,3%	(70,1)	(79,7)	-12,1%	(39,0)	(35,4)	10,2%	(113,0)	(117,3)	-3,7%
Serviço de Terceiros	(58,0)	(57,5)	0,9%	(149,6)	(160,4)	-6,7%	(59,8)	(59,8)	0,0%	(155,3)	(164,7)	-5,7%
Arrendamento e Aluguéis	(3,4)	(3,4)	-	(10,5)	(10,5)	-	(3,6)	(3,5)	2,9%	(10,7)	(10,9)	-1,8%
Contingências	(10,5)	(3,0)	250,0%	(42,5)	(13,0)	226,9%	(10,5)	(3,0)	250,0%	(42,5)	(13,0)	226,9%
Depreciação	(1,8)	(1,2)	50,0%	(5,5)	(3,5)	57,1%	(1,8)	(1,2)	50,0%	(5,5)	(3,5)	57,1%
Outros	(5,6)	(9,9)	-43,4%	(29,0)	(33,6)	-13,7%	(5,8)	(10,0)	-42,3%	(29,9)	(34,0)	-12,1%
Total	(170,9)	(169,9)	0,6%	(498,6)	(479,2)	4,0%	(185,2)	(176,7)	4,8%	(553,6)	(527,1)	5,0%

■ Outras Receitas (despesas) operacionais

No 9M13 o resultado de outras receitas (despesas) operacionais atingiu despesa de R\$ 521,4 milhões devido, principalmente, ao reconhecimento da provisão para perdas sobre a realização dos valores a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP) no montante de R\$ 516,3 milhões.

Em função dos fatos novos ocorridos durante 2013, principalmente:

- (i) da alteração na expectativa de tempo de realização de parte dos ativos, por conta da extinção sem julgamento de mérito da ação de cobrança dos valores devidos pelo Governo do Estado de São Paulo, bem como os demais movimentos processuais ocorridos;
- (ii) do reconhecimento da justiça comum como sendo a instância competente para discutir o tema em questão, com base no precedente do Supremo Tribunal Federal; e
- (iii) do andamento jurídico dos demais processos relativos à Lei 4.819/58, como, por exemplo, o reconhecimento da efetivação de repasses à CTEEP, por parte da SEFAZ-SP, de valores que vinham sendo glosados até abril de 2013.

A Administração da CTEEP revisou os montantes a receber referentes à Lei 4.819/58 e registrou provisão para perdas sobre a realização de créditos para parte dos valores a receber, correspondente às parcelas não reconhecidas, como de responsabilidade exclusiva, da SEFAZ-SP descritas.

■ Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu receita de R\$ 64,3 milhões no 9M13 frente à despesa de R\$ 154,3 milhões no mesmo período de 2012. Essa variação decorre, substancialmente, do reconhecimento da receita de variação monetária e de juros ativos no montante de R\$ 115,2 milhões, referentes à atualização pelo IPCA+5,59% do contas a receber por reversão, conforme Portaria Interministerial nº 580, combinado com a redução dos juros e encargos sobre os empréstimos financeiros e a redução da variação cambial.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	3T13	3T12	Var %	9M13	9M12	Var %	3T13	3T12	Var %	9M13	9M12	Var %
Rendimento de aplicação financeira/Juros Ativos	46,7	8,6	445,2%	130,5	16,8	678,9%	47,3	9,0	427,1%	131,7	17,8	638,4%
Receita de variações monetárias líquidas	5,6	(0,9)	759,1%	52,9	(3,9)	1.451,4%	5,6	(0,9)	759,1%	52,9	(3,9)	1.451,4%
Variações cambiais	(1,2)	(1,4)	(11,1%)	(14,0)	(23,2)	(39,6%)	(1,2)	(1,4)	(11,1%)	(14,0)	(23,2)	(39,6%)
Resultado das operações de Hedge (*)	1,2	(0,1)	1.054,8%	5,6	11,4	(51,0%)	1,2	(0,1)	1.054,8%	5,6	11,4	(51,0%)
Juros e encargos sobre empréstimos	(35,2)	(47,2)	(25,4%)	(98,0)	(139,8)	(29,9%)	(40,3)	(52,2)	(22,9%)	(112,7)	(155,3)	(27,4%)
Outras	0,9	(0,3)	(403,8%)	1,0	(0,4)	386,1%	0,8	(0,6)	227,7%	0,8	(1,1)	168,2%
Total	18,0	(41,3)	143,6%	78,0	(139,1)	156,1%	13,3	(46,2)	128,9%	64,3	(154,3)	141,6%

(*) Inclui encargos sobre CCB Internacional e Comercial Paper.

■ Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) a Companhia e suas controladas IEMG, Pinheiros, Serra do Japi e Evrecy estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG, Serra do Japi e Evrecy que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

Excluindo o efeito referente à provisão para perdas sobre a realização dos valores a receber da SEFAZ-SP, o imposto de renda e contribuição social consolidado registra despesa de R\$ 39,6 milhões no 9M13, contra R\$ 255,4 milhões apresentado no mesmo período de 2012, devido ao patamar atual de lucro da Companhia após a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001.

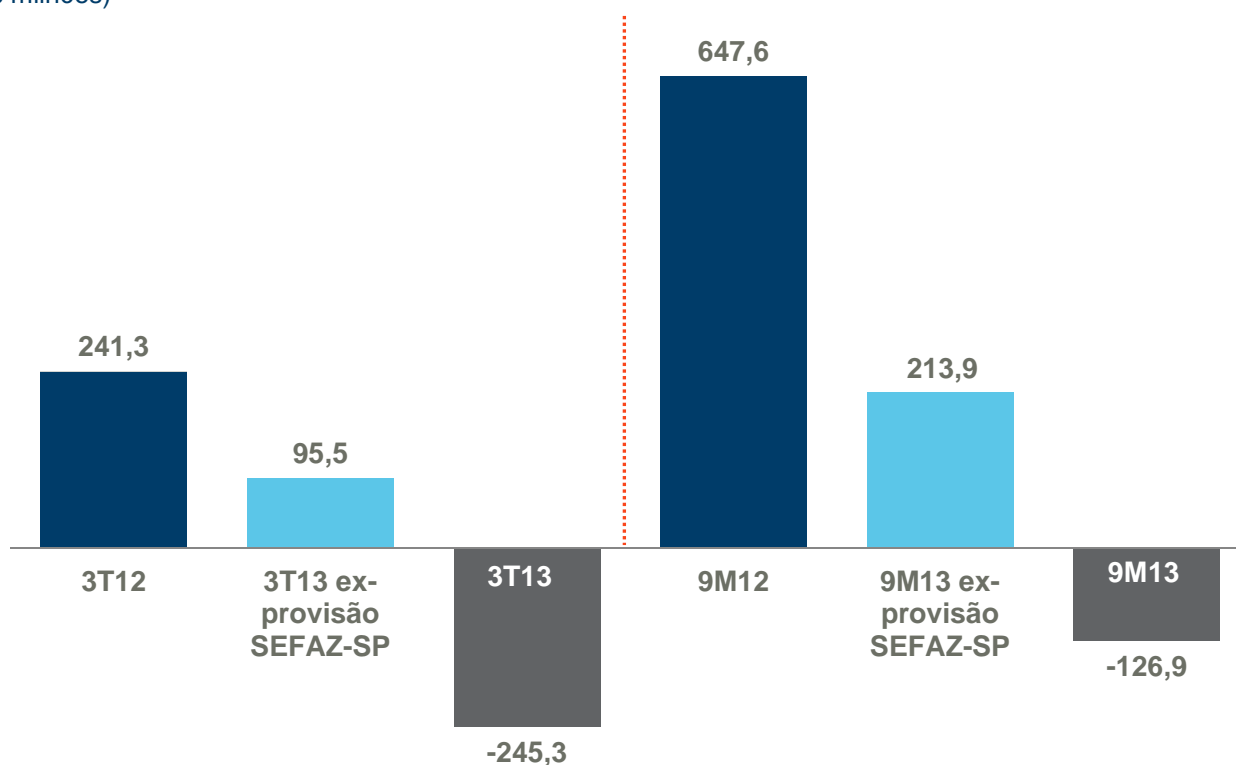
Considerando o efeito da constituição da provisão para perdas sobre a realização dos valores a receber da SEFAZ-SP, o imposto de renda e contribuição social consolidado registra receita de R\$ 136,0 milhões no 9M13, decorrente da constituição de crédito diferido de R\$ 175,6 milhões.

▪ Lucro (Prejuízo) Líquido

Em decorrência dos fatores mencionados anteriormente, o resultado líquido foi negativo em R\$ 126,9 milhões no 9M13.

Considerando a exclusão do efeito da constituição da provisão para perdas sobre a realização dos valores a receber da SEFAZ-SP, o lucro líquido seria de R\$ 213,9 milhões no 9M13 frente aos R\$ 647,6 milhões de Lucro registrados no mesmo período de 2012.

(R\$ milhões)



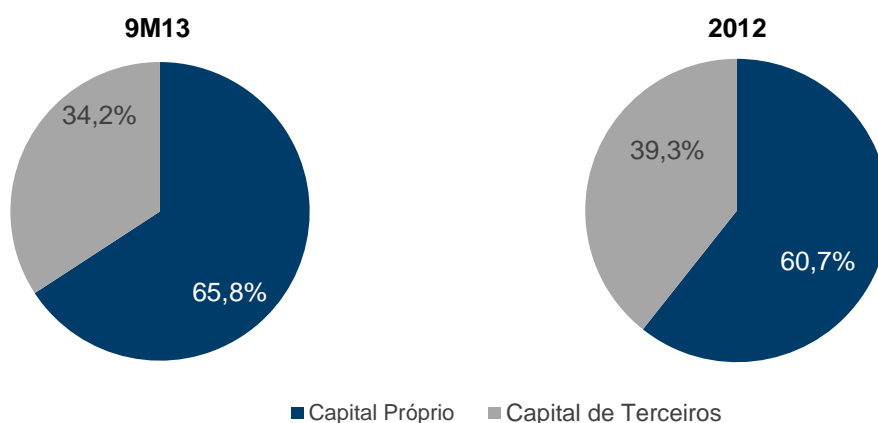
EBITDA e Margem EBITDA

Excluindo o valor referente à provisão para perdas sobre realização de créditos da SEFAZ-SP, contemplada na rubrica Outras Despesas/Receitas Operacionais, do Ebitda calculado de acordo com a Instrução CVM nº527/12, o Ebitda (ex-provisão SEFAZ-SP) atingiu R\$ 217,1 milhões no 9M13. Redução de 79,9% frente ao mesmo período de 2012, quando registrou R\$ 1.082,5 milhões, reflexo, sobretudo, da queda da RAP após a prorrogação do contrato de concessão 059/2001.

EBITDA (R\$ milhões)	Controladora				Consolidado			
	3T13	3T12	9M13	9M12	3T13	3T12	9M13	9M12
Lucro (prejuízo) Líquido	(245,3)	241,3	(126,9)	647,6	(245,3)	241,3	(126,9)	647,6
Tributos sobre o lucro	(161,8)	114,9	(147,2)	230,5	(152,5)	136,6	(136,0)	255,5
Resultado financeiro líquido	(18,0)	41,3	(78,0)	139,1	(13,3)	46,2	(64,3)	154,3
Depreciações e amortizações	9,3	8,4	27,9	25,1	9,3	8,4	27,9	25,1
EBITDA ICVM nº 527/12	(415,8)	406,0	(324,2)	1.042,3	(401,9)	432,6	(299,2)	1.082,5
Provisão SEFAZ-SP*	516,3	-	516,3	-	516,3	-	516,3	-
EBITDA (ex-provisão SEFAZ-SP)	100,5	406,0	192,1	1.042,3	114,4	432,6	217,1	1.082,5

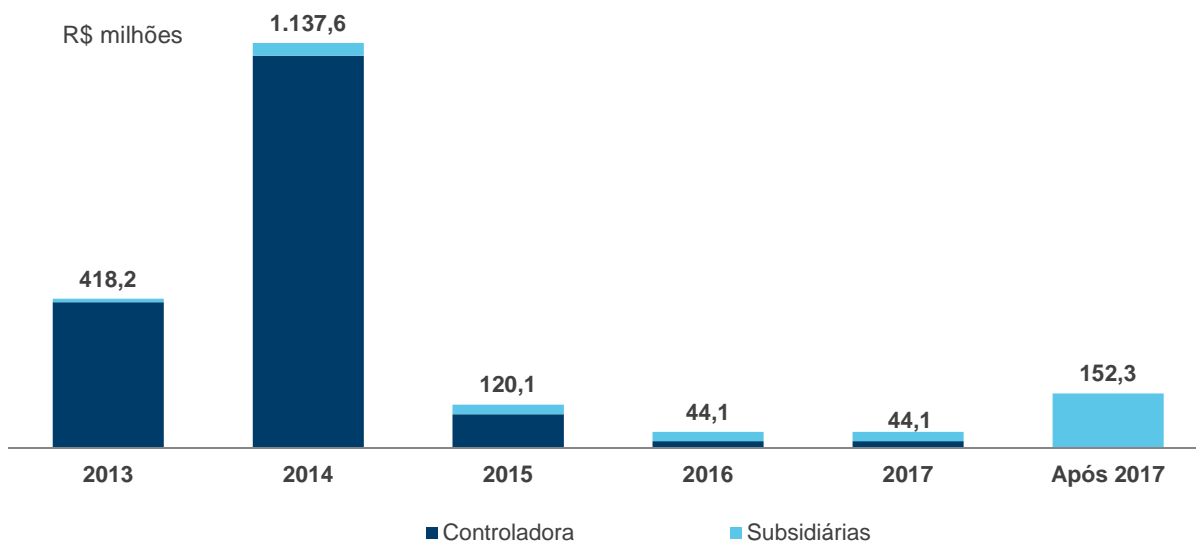
Estrutura de Capital

Composição

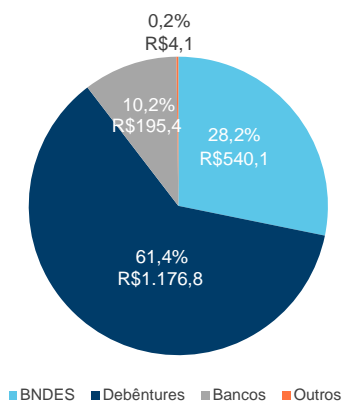


Endividamento

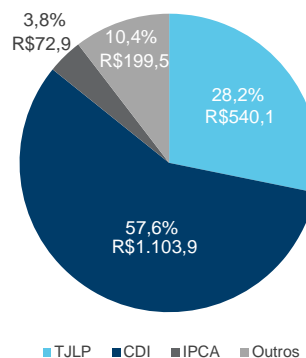
A dívida bruta consolidada no 9M13 somou R\$ 1.916,4 milhões, redução de 24,0% em relação ao final de 2012 quando registrou R\$ 2.521,0 milhões, substancialmente em função (i) do pagamento da 6ª emissão de Notas Promissórias, no montante de R\$ 400,0 milhões, ocorrido no 1T13 e (ii) pelo pagamento em abril do contrato de cédula de crédito bancária internacional com o banco Itau BBA Nassau, no montante de R\$ 132,3 milhões ambos referentes à controladora, ocorrido no 2T13. Abaixo é demonstrada a amortização do endividamento e a composição pelas contratações e encargos.



Distribuição da Contratação da Dívida 9M13



Distribuição dos Encargos da Dívida 9M13



■ Dívida Líquida

Ao final do 9M13 a dívida líquida consolidada era de R\$ 672,2 milhões, representando uma redução de 69,6% em relação à dívida líquida ao final de 2012, em decorrência, principalmente, da constituição dos fundos de investimentos exclusivos para aplicação dos recursos provenientes dos pagamentos das reversões parciais dos ativos revertidos à União referentes ao contrato de concessão 059/2000 na Controladora.

O índice de endividamento (razão entre dívida líquida e patrimônio líquido), ao final do 9M13, atingiu 13,6%.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	9M13		2012	
Dívida Bruta	1.916,4	%	2.521,0	%
Curto Prazo	1.349,4	70,4%	1.103,2	43,8%
Longo Prazo	567,0	29,6%	1.417,8	56,2%
Disponibilidades*	1.244,2		309,6	
Dívida Líquida	672,2		2.211,4	

(*) A partir de janeiro de 2013, a Companhia concentrou as suas aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos. Referem-se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos.

Os fundos de investimentos exclusivos são:

- **Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes:** fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia e suas subsidiárias integrais, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Rubi, o qual, por sua vez, possui carteira composta pelos seguintes ativos: aplicações em depósitos à vista, títulos públicos federais e operações compromissadas em títulos públicos federais. Possui liquidez diária, independentemente dos ativos que constituem o Fundo Rubi, conforme estipulado no regulamento do Fundo Bandeirantes.
- **Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI:** fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia e suas subsidiárias integrais, administrado pelo Banco Itaú e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Corp Referenciado DI, o qual, por sua vez, possui carteira composta pelos seguintes ativos: títulos públicos federais e operações compromissadas em títulos públicos federais. Possui liquidez diária, independentemente dos ativos que constituem o Fundo Corp, conforme estipulado no regulamento do próprio fundo.

Investimentos

Subsidiárias

Abaixo, destacamos as principais informações sobre as subsidiárias:

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP 2013/2014 (milhões)	Investimento Estimado (milhões)	Vencimento do Contrato	Composição Acionária
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	Dez/08	R\$ 14,6	R\$ 143,0	Abr/37	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste	Tocantins Maranhão Piauí	Jan/11	R\$ 33,6	R\$ 566,8	Mar/38	Isolux 50% CTEEP 25% CYMI 25%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	Mar/12	R\$ 29,3	R\$ 182,2	Nov/39	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Santa Catarina Paraná	(*)	R\$ 11,2	R\$ 222,7	Out/38	CTEEP 50% CYMI 50%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(**)	R\$ 35,3	R\$ 407,1	Out/38	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Mato Grosso / Minas Gerais	(***)	R\$ 433,9	R\$ 3.883,5	Fev/39	CTEEP 51% Furnas 24,5% Chesf 24,5%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco Paraíba Alagoas	Jun/14	R\$ 76,5	R\$ 721,9	Dez/41	CTEEP 51% Chesf 49%
Evrecy	Minas Gerais Espírito Santo	Nov/08	R\$ 8,8	R\$ 63,1	Jul/25	CTEEP 100%

(*) **Lote F** - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

Lote I - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 1º trimestre de 2014.

(**) **Lote H** - As subestações de Araras, Getulina e Mirassol entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente.

Lote E - A subestação Piratininga entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

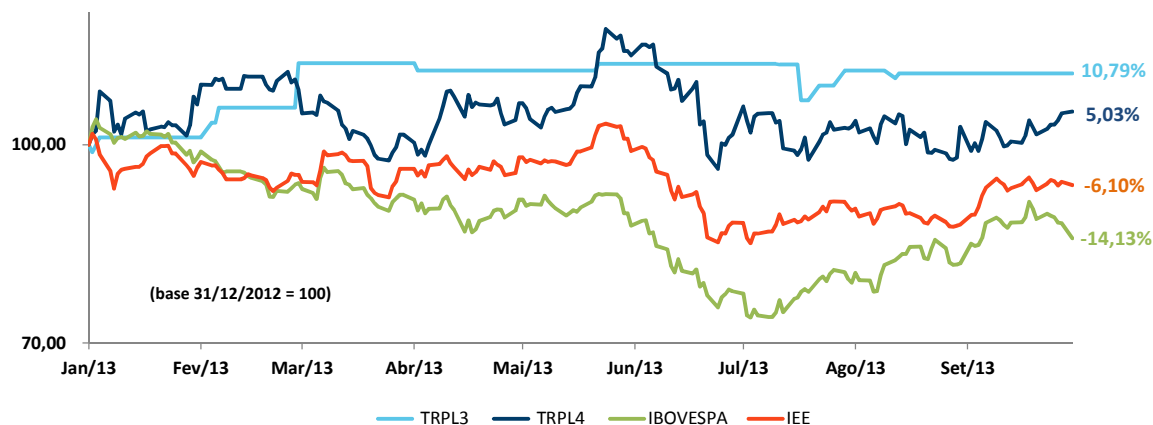
Lote K - A subestação Atibaia II (leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013. A subestação Itapeti (leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

(***) **Lote D** - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013 (RAP: R\$233,2 milhões)

Lote F - Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW, possui previsão de entrada em operação para abril 2014 (RAP: R\$200,8 milhões)

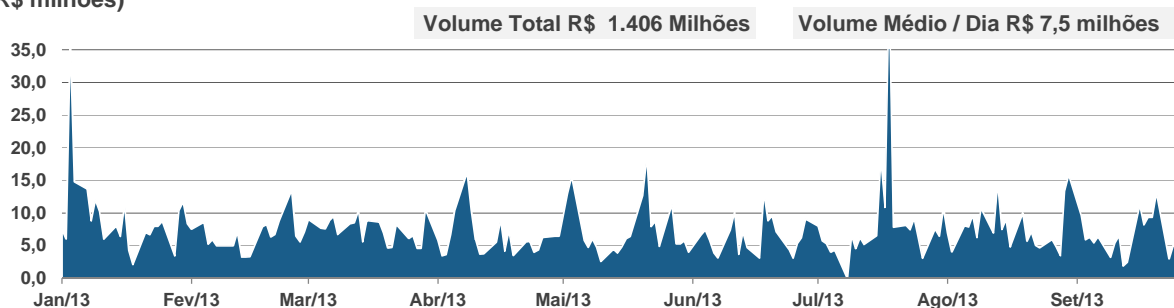
Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram em 30/09/2013 cotadas a R\$ 49,30 e R\$ 34,65, respectivamente, o que representa uma variação de +10,79% e +5,03%, também respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2012. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma desvalorização de 14,13% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) desvalorizou-se 6,10%.



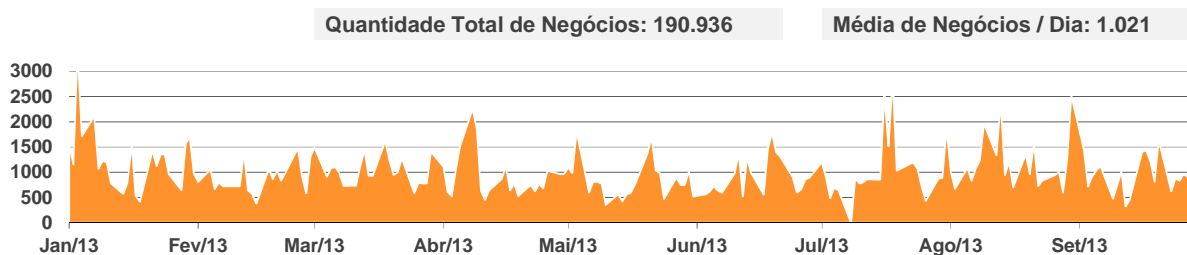
Durante os nove meses de 2013, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 7,5 milhões, o volume total negociado no foi R\$ 1.406 milhões.

Volume Financeiro Negociado até 30/09/2013 (R\$ milhões)



Com uma média diária de 1.021 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 190.936 negócios nos 9M13.

Quantidade de Negócios até 30/09/2013 (unidades)



A CTEEP também participa do programa patrocinado de *American Depositary Receipts* (ADR) Nível 1, lastreados em ações ordinárias e preferenciais à razão de 1 Depositary Share para cada 1 ação de ambas as espécies. No encerramento do 9M13, os ADRs lastreados nas ações preferenciais (mais líquidas) encerraram cotados a US\$ 15,49.

Evento Subsequente

■ Empréstimos e Financiamentos

Em 21 de outubro de 2013 a CTEEP liquidou a dívida com o JP Morgan Chase – Comercial Paper no valor de USD 85,6 milhões, correspondentes as R\$ 187,2 milhões. Concomitantemente ocorreu a liquidação do SWAP com o banco JP Morgan S.A. de valor “national” de R\$ 150,0 milhões. O resultado do swap foi um ajuste positivo líquido de R\$ 26,8 milhões.

Anexos

■ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.391	296.486	4.769	309.603
Aplicações Financeiras	1.218.313	0	1.239.384	0
Contas a Receber	716.699	2.356.600	789.308	2.425.203
Estoques	46.490	47.125	57.469	48.814
Tributos Correntes a Recuperar	9.808	11.874	12.665	14.174
Despesas Antecipadas	5.750	3.027	5.810	3.133
Instrumentos Financeiros Derivativos	45.379	63.455	45.379	63.455
Outros	85.011	85.368	95.017	86.302
	2.128.841	2.863.935	2.249.801	2.950.684
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	2.358.869	2.646.721	3.183.298	3.387.374
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	588.207	986.486	588.207	986.486
Benefício Fiscal - ágio incorporado	67.832	90.247	67.832	90.247
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	225.619	0	225.619	0
Cauções e Depósitos Vinculados	76.616	74.690	76.616	74.690
Estoques	50.001	41.867	50.001	41.867
Outros	13.834	13.068	25.473	21.353
	3.380.978	3.853.079	4.217.046	4.602.017
Investimentos	1.582.622	1.258.200	1.000.952	767.553
Imobilizado	10.094	8.375	10.094	8.375
Intangível	10.237	10.974	44.253	42.290
	1.602.953	1.277.549	1.055.299	818.218
Total do Ativo	7.112.772	7.994.563	7.522.146	8.370.919

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	348.729	897.563	388.135	936.545
Debêntures	961.246	166.667	961.246	166.667
Fornecedores	24.339	53.373	46.983	63.268
Tributos e Encargos sociais a recolher	23.246	136.433	26.089	139.052
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	13.688	13.137	13.688	13.137
Encargos Regulatórios a recolher	32.530	38.535	35.063	40.344
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	4.696	6.340	4.696	6.340
Provisões	29.934	26.979	30.777	27.438
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.896	6.226	6.896	6.226
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	3.770	0	3.770
Outros	4.748	14.282	11.747	21.777
	1.450.052	1.363.305	1.525.320	1.424.564
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	113.873	226.804	351.466	461.084
Debêntures	215.526	956.683	215.526	956.683
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	138.019	142.318	138.019	142.318
PIS e COFINS diferidos	43.682	27.915	106.397	84.705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	15.073	33.761	38.932
Encargos Regulatórios a recolher	44.238	39.337	44.238	39.468
Provisões	130.292	120.845	130.329	120.882
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
	709.683	1.553.028	1.043.789	1.868.125
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.000.000	1.162.626	2.000.000	1.162.626
Reservas de Capital	1.364.907	2.202.281	1.364.907	2.202.281
Reservas de Lucros	1.711.389	1.712.657	1.711.389	1.712.657
Lucros/Prejuízos Acumulados	(123.925)	0	(123.925)	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	4.953.037	5.078.230	4.953.037	5.078.230
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	7.112.772	7.994.563	7.522.146	8.370.919

■ Anexo II – Demonstração de Resultados Controladora IFRS (R\$ mil)

Demonstração de Resultado	3T13	3T12	Var % 3T12X3T13	9M13	9M12	Var % 9M13X9M12
Receita Operacional Bruta	245.280	580.244	(57,7%)	647.503	1.627.387	(60,2%)
Deduções à Receita Operacional	(29.717)	(66.190)	(55,1%)	(86.646)	(216.723)	(60,0%)
Receita Operacional Líquida	215.563	514.054	(58,1%)	560.857	1.410.664	(60,2%)
Custos dos serviços de operação	(135.989)	(137.492)	(1,1%)	(370.034)	(376.621)	(1,7%)
Resultado Bruto	79.574	376.562	(78,9%)	190.823	1.034.043	(81,5%)
(Despesas) receitas operacionais	(504.679)	20.978	(2505,8%)	(542.896)	(16.833)	3125,2%
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(34.868)	(32.442)	7,5%	(128.553)	(102.599)	25,3%
Outras Despesas Operacionais	(524.232)	(7.208)	7172,9%	(539.315)	(28.390)	1799,7%
Outras Receitas Operacionais	703	605	16,2%	17.682	1.860	850,6%
Resultado Equivalência	53.718	60.023	(10,5%)	107.290	112.296	(4,5%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	(425.103)	397.540	(206,9%)	(352.073)	1.017.210	(134,6%)
Resultado Financeiro	18.003	(41.303)	(143,6%)	78.013	(139.110)	(156,1%)
Receitas Financeiras	82.399	15.891	418,5%	247.840	85.390	190,2%
Despesas Financeiras	(64.396)	(57.194)	12,6%	(169.827)	(224.500)	(24,4%)
Lucro operacional	(407.100)	356.237	(214,3%)	(274.060)	878.100	(131,2%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	161.822	(114.907)	(240,8%)	147.197	(230.493)	(163,9%)
Corrente	(17.017)	(88.477)	(80,8%)	(93.495)	(215.262)	(56,6%)
Diferido	178.839	(26.430)	(776,7%)	240.692	(15.231)	(1680,3%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	(245.280)	241.330	(201,6%)	(126.863)	647.607	(119,6%)

Demonstração de Resultados Consolidados IFRS (R\$ mil)

Demonstração de Resultado	3T13	3T12	Var % 3T12X3T13	9M13	9M12	Var % 9M13X9M12
Receita Operacional Bruta	323.331	660.842	(51,1%)	792.633	1.772.027	(55,3%)
Deduções à Receita Operacional	(35.288)	(74.042)	(52,3%)	(98.432)	(210.180)	(53,2%)
Receita Operacional Líquida	288.043	586.800	(50,9%)	694.201	1.561.847	(55,6%)
Custos dos serviços de operação	(149.480)	(142.040)	5,2%	(421.951)	(419.379)	0,6%
Resultado Bruto	138.563	444.760	(68,8%)	272.250	1.142.468	(76,2%)
(Despesas) receitas operacionais	(549.725)	(20.607)	2567,7%	(599.328)	(85.081)	604,4%
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(35.698)	(34.678)	2,9%	(131.692)	(107.729)	22,2%
Outras Despesas Operacionais	(523.985)	(7.208)	7169,5%	(539.068)	(28.390)	1798,8%
Outras Receitas Operacionais	703	658	6,8%	17.682	4.418	300,2%
Resultado Equivalência	9.255	20.621	(55,1%)	53.750	46.620	15,3%
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	(411.160)	424.153	(196,9%)	(327.078)	1.057.387	(130,9%)
Resultado Financeiro	13.343	(46.226)	(128,9%)	64.263	(154.316)	(141,6%)
Receitas Financeiras	82.913	16.221	411,1%	249.035	86.471	188,0%
Despesas Financeiras	(69.570)	(62.447)	11,4%	(184.771)	(240.787)	(23,3%)
Lucro operacional	(397.817)	377.927	(205,3%)	(262.815)	903.071	(129,1%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	152.539	(136.597)	(211,7%)	135.952	(255.464)	(153,2%)
Corrente	(18.033)	(89.108)	(79,8%)	(95.931)	(216.738)	(55,7%)
Diferido	170.572	(47.489)	(459,2%)	231.883	(38.726)	(698,8%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	(245.280)	241.330	(201,6%)	(126.863)	647.607	(119,6%)

■ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	9M13	9M12	9M13	9M12
Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.859.423	651.328	1.847.312	613.522
Caixa Gerado nas Operações	220.815	703.886	302.105	797.695
Lucro Líquido	(126.863)	647.607	(126.863)	647.607
Depreciação e Amortização	5.475	3.495	5.475	3.495
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(240.692)	15.231	(231.883)	38.726
Provisão para contingências	9.447	(8.588)	9.447	(8.563)
Valor residual de ativo permanente baixado	13	646	13	646
Amortização do ágio incorporado	22.415	21.624	22.415	21.624
Reversão da provisão perda em Controlada	(1.816)	(1.829)	(1.816)	(1.829)
PIS e COFINS Diferidos	15.767	(7.145)	21.692	(17.649)
Provisão SEFAZ	516.255	0	516.255	0
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	128.105	145.141	141.120	160.259
Equivalência Patrimonial	(107.290)	(112.296)	(53.750)	(46.620)
Variações nos Ativos e Passivos	1.638.608	-52.558	1.545.207	-184.174
Contas a receber	1.927.753	65.717	1.843.034	(41.846)
Estoques	(7.499)	(3.389)	(16.789)	(5.183)
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(117.976)	(109.136)	(117.976)	(109.136)
Tributos e contribuições compensáveis	2.120	(2.638)	1.562	(3.271)
Cauções e depósitos vinculados	(1.926)	(5.953)	(1.926)	(5.953)
Despesas pagas antecipadamente	(2.723)	(6.381)	(2.677)	(6.275)
Outros	(409)	(4.408)	(12.835)	(15.486)
Fornecedores	(29.034)	(7.200)	(16.285)	(23.257)
Tributos e encargos sociais a recolher	(113.187)	37.494	(112.963)	37.774
Encargos regulatórios a recolher	(2.532)	5.764	(1.939)	6.462
Provisões	2.955	91	3.339	419
Valores a pagar - Fundação Cesp	670	(255)	670	(255)
Impostos Parcelados - Lei n° 11.941	(10.070)	(9.508)	(10.070)	(9.508)
Outros	(9.534)	(12.756)	(9.938)	(8.660)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Imobilizado	(3.556)	(4.282)	(3.556)	(4.282)
Intangível	(2.914)	(2.946)	(5.614)	(2.946)
Investimentos	(215.316)	(176.314)	(179.649)	(143.434)
Aplicação Financeira	(1.218.313)	0	(1.239.384)	0
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.440.099)	(183.542)	(1.428.203)	(150.662)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adições de empréstimos	200.000	1.100.000	221.639	1.103.373
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(938.622)	(738.999)	(969.784)	(754.913)
Dividendos pagos	(28)	(530.558)	(28)	(530.558)
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.230	(798)	24.230	(798)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(714.420)	(170.355)	(723.943)	(182.896)
Variação de Caixa e Equivalentes				
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(295.095)	297.431	(304.834)	279.964
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	296.486	151.021	309.603	175.959
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.391	448.452	4.769	455.923

■ Anexo IV - Composição do Endividamento (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	3T13	4T12
BNDES				
CTEEP	TJLP + 2,3% ano	15/06/15	164.574	234.681
	TJLP + 1,8% ano	15/06/15	98.574	140.798
Notas Promissórias				
6ª Emissão - CTEEP	104,9% CDI ano	05/01/13	0	433.873
Debêntures				
1ª Série - CTEEP	CDI + 1,3% ano	15/12/14	334.233	325.959
2ª Série - CTEEP	IPCA + 8,1% ano	15/12/17	72.834	70.915
Série Única - CTEEP	105,5% do CDI ano	02/07/14	769.705	726.476
Bancos				
CTEEP	USD + 4% ano *	26/04/13	0	132.309
	USD + 2,1% ano **	21/10/13	195.368	177.318
Eletrobras	8% ano	15/11/21	302	340
Arrendamento Mercantil	-	-	3.784	5.048
TOTAL CTEEP:			1.639.374	2.247.717

BNDES				
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/23	48.692	52.513
PINHEIROS	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	45.381	47.758
	5,5% a.a.	15/04/21	73.720	80.152
	3,50% a.a.	15/04/23	14.413	0
	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	7.166	0
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,9% ano	15/05/26	47.003	49.801
	TJLP + 1,5% ano	15/05/26	40.624	43.038
TOTAL SUBSIDIÁRIAS			276.999	273.262
Total Consolidado (R\$ mil)			1.916.373	2.520.979

(*) Em abril de 2011, a CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, com a remuneração de variação cambial de dólar + 4% a.a. Com intuito de proteger a volatilidade da moeda e uma possível perda de variação cambial, houve a contratação de instrumento de Swap com o Banco Itaú BBA com o fator de correção a 103,50% do CDI. A operação tem o vencimento final em abril de 2013.

(**) Em outubro de 2011, foi assinado o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, com remuneração de variação cambial de dólar + 2,1% a.a. Com intuito de proteger a volatilidade da moeda e uma possível perda de variação cambial, houve a contratação de Swap com o Banco JP Morgan com o fator de correção a 98,3% do CDI. A operação tem o vencimento final em outubro de 2013.

Endividamento CTEEP (Equivalencia Patrimonial) - 30/09/2013

Empresa	Banco	Custo	Vencimento Final	Valores (R\$ MM)
IE MADEIRA	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	186,0
IE MADEIRA	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	776,9
IE MADEIRA	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	120,1
IE MADEIRA	BASA	10% a.a.*	10/10/2032	142,1
Total IE Madeira (51% CTEEP)				1.225,0
IENNE	BB	CDI + 1,35% a.a.	05/11/2013	4,1
IENNE	BNB	8,50% a.a.*	19/05/2030	53,9
Total IENNE (25% CTEEP)				58,0
IEGARANHUNS	HSBC	106,50% CDI	30/04/2014	98,8
Total IE GARANHUNS (51% CTEEP)				98,8
IE SUL	BNDES	5,50% a.a.	15/01/2021	4,0
IE SUL	BNDES	3,00% a.a.	15/04/2023	4,4
IE SUL	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/2025	10,8
Total IE SUL (50% CTEEP)				19,3
TOTAL (R\$ milhões)				1.401,1

■ **Anexo V - Demonstração de Resultados Consolidado Regulatório (Não auditado) X IFRS (R\$ milhões)**

Demonstração dos Resultados	IFRS	Regulatório (não auditado)	Ajustes/ Reclassificações
	9M13	9M13	
Receita Operacional Bruta	792,6	540,3	252,3
Receita de uso da rede elétrica	0,0	524,8	(524,8)
Receita de construção	148,8	0	148,8
Receita de O&M	424,4	0	424,4
Receita financeira	204,0	0	204,0
Outras receitas	15,5	15,5	(0,0)
Deduções da receita operacional	(98,4)	(76,8)	(21,6)
Receita Operacional Líquida	694,2	463,5	230,7
Custo e Despesas Operacionais	(548,2)	(364,5)	(183,7)
Pessoal	(188,0)	(188,0)	(0,0)
MSO	(133,9)	(134,0)	0,0
Contingências	(42,5)	(42,5)	0,0
Custo de Construção	(135,4)	0	(135,4)
Custo de melhorias	(48,3)	0	(48,3)
Depreciação e Amortização	(5,5)	(26,2)	20,7
Resultado Financeiro	64,3	64,3	(0,0)
Equivalência Patrimonial	53,8	(1,0)	54,8
Amortização do ágio (ADA)	(22,4)	(22,4)	(0,0)
Outras receitas (despesas) operacionais	17,3	15,7	1,6
Lucro antes do IR & CSLL	253,4	129,4	124,0
IR & CSLL	(39,6)	(23,9)	(15,6)
Lucro Líquido ex-provisão SEFAZ-SP	213,9	105,5	108,5
Efeito Líquido Provisão SEFAZ-SP	(340,7)	(340,7)	-
Lucro (prejuízo) Líquido	(126,9)	(235,3)	108,4
EBITDA (ex- provisão SEFAZ-SP)	217,1	113,7	103,5
<i>Margem EBITDA(ex- provisão SEFAZ-SP)</i>	<i>31,3%</i>	<i>24,5%</i>	

Anexo VI – Subsidiárias IFRS (R\$ mil)

2013								
Subsidiária	IEMG	Pinheiros	Serra do Japi	Evrecy	IENNE*	IESul*	IEMadeira*	IEGaranhuns*
Participação no Capital	100%	100%	100%	100%	25%	50%	51%	51%
Contas Patrimoniais - posição em 30/09/2013								
Ativos	172.548	541.269	245.120	41.634	658.304	259.682	4.514.413	356.550
Passivos	64.582	231.533	107.725	5.614	311.948	77.731	3.009.089	247.388
Patrimônio Líquido	107.966	309.736	137.395	36.020	346.356	181.951	1.505.324	109.162
Contas de Resultado - posição acumulada 9M13								
Receita Bruta	15.426	76.353	41.405	12.769	4.591	44.112	946.660	270.861
Receita Líquida	14.511	68.407	39.168	12.081	2.906	39.748	857.640	245.806
Custos e Despesas	(6.782)	(35.950)	(5.156)	(7.991)	(4.398)	(33.732)	(563.124)	(234.545)
Lucro Líquido	4.547	17.022	27.845	4.126	(38.938)	2.806	118.109	3.620

*As informações correspondem a 100% do saldo das subsidiárias e não a participação da CTEEP.

Anexo VII – Contas à Receber

Contas a receber (ativos de concessão) é o valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros apurada para cada contrato de concessão. Também faz parte do contas a receber (ativos de concessão) o O&M - Operação e Manutenção que refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

Contas a Receber (ativos de concessão) R\$ milhões	Controladora		Consolidado	
	9M13	2012	9M13	2012
O&M	67,1	260,3	78,0	267,4
Contas a receber serviços de O&M (a)	67,1	260,3	78,0	267,4
Ativo Financeiro	473,4	302,9	1.359,5	1.105,1
Contas a Receber serviços de construção (b)	471,9	301,8	1.291,5	1.050,1
Contas a receber por reversão (c)	1,5	1,1	68,1	55,0
Ativo Reversível - Lei 12.783	2.535,1	4.440,1	2.535,1	4.440,1
Contas a receber (SE e NI) (d)	4.070,4	5.975,4	4.070,4	5.975,4
Provisão para redução ao valor de custo (d)	(1.535,3)	(1.535,3)	(1.535,3)	(1.535,3)
Total	3.075,6	5.003,3	3.972,6	5.812,6

(a) O&M - Operação e Manutenção referem-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

(b) Valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão,

dos quais a Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.

(c) Contas a receber por reversão – refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.

(d) Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE:

- A reversão das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$ 2.949,1 milhões, sendo R\$ 2.891,3 milhões referente ao Valor Novo de Reposição (VNR) apurado e R\$ 57,8 milhões referente à remuneração pelo IPCA+5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes estão sendo recebidos em 31 parcelas mensais até 07 de julho de 2015.

- A reversão das instalações referente ao SE, ainda não divulgada pelo Poder Concedente, corresponde ao valor estimado dos investimentos pelo VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012, que com base em laudo de avaliação independente, totaliza R\$ 3.026,3 milhões. A Companhia entende ter direito ao recebimento do valor apurado no referido laudo, entretanto, constituiu provisão para redução ao valor do custo de construção dessa infraestrutura, tendo em vista orientação da ANEEL conforme despacho nº 155 de 23 de janeiro de 2013 que indica a manutenção do mesmo até a sua homologação pelo órgão regulador.